Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-0603-74E0

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	**A**	**B**	**B**	**C**	**D**	**B**	**C**	**B**	**E**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	**A**	**E**	**D**	**E**	**A**	**B**	**E**	**A**	**C**

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · MPE-RJ · Promotor de Justiça Substituto · Causas de extinção da punibilidade

No bojo de ação penal de iniciativa privada movida por Rodolfo e Selma (querelantes) em face de Tadeu e Ulisses (querelados), por crimes contra a honra praticados contra aqueles, Rodolfo fez juntar aos autos uma petição, na qual perdoou o querelado Tadeu, com quem firmara um acordo de reparação civil pelos danos causados pelo crime praticado contra si. O Juiz da causa determinou a intimação dos querelados, para que se manifestassem sobre a petição de Rodolfo. Em resposta, Tadeu aceitou o perdão, ao passo que Ulisses requereu que o perdão concedido a Tadeu se estendesse a ele, desde já o aceitando. Diante do caso narrado, deverá o Magistrado

(A) não declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma e determinar o prosseguimento do processo.

(B) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma, em relação a ambos os querelados, e determinar o arquivamento do processo.

(C) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, em relação a ambos os querelados, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao crime praticado contra Selma.

(D) declarar extinta a punibilidade do fato criminoso praticado contra Rodolfo, somente em relação ao querelado Tadeu, absolvendo-o, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

(E) declarar extinta a punibilidade dos fatos criminosos praticados contra Rodolfo e Selma, somente em relação ao querelado Tadeu, e determinar o prosseguimento do processo quanto ao querelado Ulisses.

Por que C está correta. O perdão do ofendido concedido a um dos querelados aproveita a todos, mas não produz efeito para quem o recusa (art. 106, I e III, do CP; art. 51 do CPP). Concedido por um só dos ofendidos, não prejudica o direito dos demais (art. 106, II). Rodolfo perdoou Tadeu; o perdão se estende a Ulisses, que o aceitou expressamente, e extingue a punibilidade do fato praticado contra Rodolfo em relação aos dois (art. 107, V). Selma não perdoou ninguém, e o processo segue quanto ao crime praticado contra ela.

A Ignora que o perdão aceito é causa de extinção da punibilidade (art. 107, V, do CP) e que, nas ações privadas, a manifestação de Rodolfo produz efeito imediato quanto ao fato que o vitimou.

B Estende o perdão de Rodolfo ao crime praticado contra Selma, contrariando o art. 106, II, do CP: o perdão de um ofendido não prejudica o direito dos outros.

D Erra duas vezes: restringe o perdão a Tadeu, embora ele aproveite a todos os querelados que o aceitem, e fala em absolvição, quando o caso é de extinção da punibilidade.

E Faz o perdão de Rodolfo alcançar o crime contra Selma e, ao mesmo tempo, nega a extensão a Ulisses, invertendo as duas regras do art. 106, I e II.

Pulo do gato: Perdão: estende-se aos querelados (todos que aceitarem), mas não se estende aos ofendidos (cada vítima decide por si).

Questão 02 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Tipicidade

Em um terminal rodoviário, Renan retirou a carteira da bolsa de uma passageira distraída e se afastou caminhando entre as pessoas. A vítima percebeu a subtração no mesmo instante e gritou; um segurança, que acompanhou toda a ação sem perder Renan de vista, alcançou-o cerca de dois minutos depois, a poucos metros dali, e recuperou a carteira intacta.

No mesmo dia, em um estacionamento, Otávio abriu a porta destrancada de um automóvel e, quando já estendia o braço para apanhar uma mochila deixada no banco traseiro, foi surpreendido pelo proprietário e fugiu sem levar nada.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) Renan responde por furto consumado, pois teve a posse da coisa, ainda que breve e vigiada; Otávio, por furto tentado, com redução tanto maior quanto mais longe ficou da consumação.

(B) Renan responde por furto tentado, pois nunca teve a posse mansa e pacífica da carteira; Otávio, por furto tentado, com redução de pena graduada conforme o caminho percorrido no crime.

(C) Renan e Otávio respondem por furto consumado, pois o simples contato com a coisa alheia, seguido de fuga, basta para consumar o furto, ainda que o bem não seja levado.

(D) Renan responde por furto consumado; Otávio não responde por furto, pois desistiu voluntariamente de prosseguir na execução, respondendo apenas pelos atos já praticados.

(E) Renan responde por furto consumado; Otávio, por furto tentado, com redução de um a dois terços graduada pelas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

Por que A está correta. Pelo Tema Repetitivo 934 do STJ, o furto se consuma com a posse de fato da coisa, ainda que por breve tempo e seguida de perseguição imediata, sendo dispensável a posse mansa e pacífica ou desvigiada (teoria da amotio). Renan, portanto, consumou o crime. Otávio iniciou a execução e não consumou por circunstância alheia à sua vontade (art. 14, II); na tentativa, a redução de 1/3 a 2/3 (art. 14, parágrafo único) é graduada pela proximidade da consumação: quanto mais longe dela, maior a redução.

Fundamento: Art. 14, I e II, e parágrafo único, do Código Penal; STJ, Tema Repetitivo 934 (REsp 1.524.450/RJ): o furto se consuma com a inversão da posse, ainda que por breve tempo e seguida de perseguição, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

B Exige posse mansa e pacífica para a consumação, tese que o STJ afastou no Tema 934; acerta apenas a situação de Otávio.

C Estende a consumação a quem não chegou a apoderar-se do bem: Otávio não teve a posse da mochila, de modo que houve só tentativa.

D Confunde tentativa com desistência voluntária (art. 15): Otávio não desistiu por vontade própria, mas porque foi surpreendido pelo dono.

E Acerta as tipificações, mas erra o critério: a fração da tentativa se gradua pelo iter criminis percorrido, e não pelas circunstâncias judiciais do art. 59.

Pulo do gato: Furto: basta a inversão da posse, mesmo breve e sob perseguição; tentativa: a fração mede a distância até a consumação.

Questão 03 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Oficial Investigador · Penas privativas de liberdade

Caio, multirreincidente em crime doloso, foi condenado, definitivamente, pela prática de determinada infração penal, ao cumprimento de seis anos de detenção, além do pagamento de multa. Registre-se que, na primeira fase da dosimetria da pena, o juízo considerou a presença de três circunstâncias judiciais desfavoráveis. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio iniciará o cumprimento da pena em regime

(A) fechado, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(B) semiaberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(C) aberto, ficando sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

(D) fechado, ficando sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

(E) semiaberto, ficando sujeito a trabalho fora do estabelecimento e sem vigilância.

Por que B está correta. A pena de detenção deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência posterior ao fechado (art. 33, caput, do CP). Por isso, nem a multirreincidência nem as três circunstâncias judiciais desfavoráveis permitem fixar o fechado como regime inicial: o mais gravoso possível é o semiaberto, cumprido em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar (art. 33, § 1º, b), onde o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno.

A Fixa o fechado como regime inicial para pena de detenção, o que o art. 33, caput, não admite, e ainda o associa à colônia agrícola, que é estabelecimento do semiaberto.

C O aberto é incompatível com a multirreincidência e as circunstâncias desfavoráveis e, além disso, não se cumpre em colônia agrícola, mas em casa de albergado.

D Descreve corretamente as regras do regime fechado (trabalho diurno e isolamento noturno), mas esse regime não pode ser o inicial na pena de detenção.

E Acerta o regime, mas descreve o trabalho externo sem vigilância, característica do regime aberto (art. 36), e não do semiaberto.

Pulo do gato: Detenção nunca começa no fechado: no máximo semiaberto; o fechado só vem por regressão.

Questão 04 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra o patrimônio

Analise as situações a seguir, considerando as disposições do Código Penal sobre o crime de dano, a ação penal correspondente e as imunidades nos crimes contra o patrimônio.

I. Rui, inconformado com a cobrança de uma tarifa, quebrou a vidraça de uma agência de sociedade de economia mista estadual. Responde por dano qualificado, e a ação penal é pública incondicionada.

II. Sérgio, de 30 anos, durante discussão com o pai, Olavo, de 52 anos, destruiu o notebook dele, sem violência ou grave ameaça a pessoa. Embora o fato seja típico, Sérgio é isento de pena.

III. Tales ateou fogo, com gasolina, ao automóvel do vizinho, estacionado em terreno isolado, sem expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem. Responde por dano qualificado, mas, por se tratar de bem particular, somente se procede mediante queixa.

IV. Valdir, para se vingar de um ex-sócio, destruiu um equipamento deste, causando-lhe prejuízo considerável. Responde por dano qualificado, e a ação penal é pública incondicionada, como nas demais formas qualificadas do delito.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

Por que B está correta. A afirmativa I está correta: o dano contra o patrimônio de sociedade de economia mista é qualificado (art. 163, parágrafo único, III), e o art. 167 só exige queixa no dano simples e no qualificado pelo motivo egoístico ou pelo prejuízo considerável (inciso IV); nos demais casos, a ação é pública incondicionada. A afirmativa II também está correta: quem comete crime patrimonial em prejuízo de ascendente é isento de pena (art. 181, II), e nenhuma exceção do art. 183 se aplica, pois não houve violência ou grave ameaça, nenhum estranho participou do crime e a vítima tem menos de 60 anos.

Fundamento: Código Penal, art. 163, caput e parágrafo único, II, III e IV; art. 167; art. 181, II; art. 183 (dispositivos não alterados pela Lei nº 15.397/2026, conferida em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15397.htm).

A Despreza a imunidade absoluta do art. 181, II: o dano contra o pai, sem violência e contra vítima com menos de 60 anos, é isento de pena.

C Inverte a regra do art. 167 para a afirmativa IV: o dano qualificado pelo prejuízo considerável é justamente uma das hipóteses que exigem queixa.

D Aceita a afirmativa III, mas o dano com substância inflamável (inciso II) não está entre as hipóteses de queixa do art. 167; a natureza particular do bem não muda a ação penal.

E Estende a ação pública incondicionada a todas as qualificadoras, quando o art. 167 excepciona expressamente o inciso IV do parágrafo único do art. 163.

Pulo do gato: No dano, a queixa vale para o simples e para o qualificado do inciso IV (motivo egoístico ou prejuízo considerável); o resto é ação pública incondicionada.

Direito Processual Penal

Questão 05 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Da Prisão e da Liberdade Provisória

No curso de inquérito policial que apura estelionatos praticados contra diversos idosos, o delegado de polícia, diante de notícias de que o investigado vinha procurando as vítimas para dissuadi-las de prestar depoimento, representou ao juízo competente pela imposição, cumulativa, de proibição de manter contato com elas e de comparecimento periódico em juízo.

Considerando a disciplina das medidas cautelares pessoais no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Recebida a representação, o juiz, em regra, determinará a intimação do investigado para se manifestar em cinco dias, ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, que deverão ser justificados com elementos do caso concreto.

II. Ainda que não houvesse representação nem requerimento, o juiz poderia, no curso do inquérito, impor de ofício ao investigado as cautelares diversas da prisão, por serem menos gravosas que a preventiva.

III. Se o delegado tivesse representado diretamente pela prisão preventiva, a decretação exigiria a demonstração, fundamentada e individualizada, de que nenhuma outra medida cautelar seria suficiente.

IV. As cautelares diversas da prisão podem ser impostas na apuração de infração à qual a lei comine exclusivamente pena de multa, desde que presentes a necessidade e a adequação da medida.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que C está correta. A afirmativa I reproduz o contraditório prévio do art. 282, § 3º, do CPP: intimação da parte contrária para manifestação em 5 dias, salvo urgência ou perigo de ineficácia, justificados com elementos concretos. A afirmativa III reproduz o art. 282, § 6º: a preventiva só é determinada quando não for cabível a substituição por outra cautelar, e esse não cabimento deve ser justificado de forma fundamentada e individualizada.

Fundamento: Código de Processo Penal, art. 282, §§ 2º, 3º e 6º, e art. 283, § 1º (redação da Lei nº 13.964/2019).

A Deixa de fora a afirmativa III, que traduz a natureza de ultima ratio da preventiva prevista no art. 282, § 6º.

B Atribui ao juiz iniciativa que a Lei nº 13.964/2019 suprimiu: as cautelares são decretadas a requerimento das partes ou, na investigação, por representação do delegado ou requerimento do MP (art. 282, § 2º).

D Combina duas afirmativas falsas: a atuação de ofício na investigação foi vedada, e as cautelares não se aplicam à infração sem pena privativa de liberdade cominada.

E Aceita a afirmativa IV, mas o art. 283, § 1º, afasta as cautelares da infração a que não for cominada, isolada, cumulativa ou alternativamente, pena privativa de liberdade.

Pulo do gato: Cautelar no inquérito só por provocação; contraditório prévio é a regra; e sem pena privativa de liberdade cominada não há cautelar pessoal.

Questão 06 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Recursos Criminais

Lauro foi condenado por furto à pena de 2 anos de reclusão. Somente a defesa apelou, sustentando nulidade por cerceamento de defesa, porque o juiz indeferira, sem fundamentação, prova pericial requerida a tempo. O tribunal acolheu o recurso e anulou a sentença. Reaberta a instrução e realizada a perícia, o juiz proferiu nova sentença condenatória e, reavaliando as circunstâncias judiciais, fixou a pena em 3 anos de reclusão.

Em outro processo, Marta foi absolvida, e apenas o Ministério Público apelou, discutindo exclusivamente a suficiência das provas. Ao julgar o recurso, o tribunal, por iniciativa própria, anulou a sentença por vício na intimação de uma testemunha arrolada pela acusação, ponto não suscitado nas razões recursais.

Considerando os efeitos dos recursos e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a nova pena de Lauro pode chegar a 3 anos, porque a nulidade foi reconhecida a pedido da própria defesa, e o tribunal podia anular a sentença de Marta pelo efeito devolutivo amplo.

(B) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, mas o tribunal podia anular a sentença de Marta, pois as nulidades absolutas são reconhecíveis de ofício e a qualquer tempo.

(C) a nova pena de Lauro pode chegar a 3 anos, pois a sentença anulada não produz efeito algum, e é nula a anulação, contra Marta, de vício não arguido pela acusação.

(D) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, pela vedação da reformatio in pejus indireta, e é nula a anulação, contra Marta, de vício não arguido no recurso da acusação.

(E) a nova pena de Lauro não pode superar 2 anos, e o tribunal podia anular a sentença de Marta, pois a vedação de reconhecer nulidade não arguida só protege o réu já condenado.

Por que D está correta. Quando a sentença é anulada em recurso exclusivo da defesa, a nova decisão não pode impor situação mais gravosa que a anulada (proibição da reformatio in pejus indireta, extraída do art. 617 do CPP pela jurisprudência do STF e do STJ): a pena de Lauro fica limitada a 2 anos. E, pela Súmula 160 do STF, é nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício; a anulação da absolvição de Marta é, portanto, nula.

Fundamento: Art. 617 do Código de Processo Penal (proibição da reformatio in pejus, estendida pela jurisprudência do STF e do STJ à reformatio in pejus indireta); Súmula 160 do STF.

A Usa a iniciativa da defesa como motivo para agravar a pena, quando é exatamente ela que atrai a proibição; e o efeito devolutivo fica limitado ao que a acusação impugnou.

B Acerta a limitação da pena de Lauro, mas ignora a Súmula 160 do STF, que impede o tribunal de acolher contra o réu nulidade não arguida pela acusação, ainda que absoluta.

C Acerta quanto a Marta, mas a ideia de que a sentença anulada não produz efeito algum é justamente o argumento que a proibição da reformatio in pejus indireta rejeita.

E Restringe a Súmula 160 ao réu condenado; a vedação protege também o absolvido, pois a anulação da absolvição lhe é desfavorável.

Pulo do gato: Recurso só da defesa: a nova sentença tem teto na anulada; recurso só da acusação: o tribunal não pode achar sozinho nulidade contra o réu.

Questão 07 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2024 · PC-SC · Delegado · Da Prisão e da Liberdade Provisória

No curso do inquérito policial, a prisão preventiva do indiciado foi decretada como garantia da ordem pública. Instaurada a ação penal, verificando que o réu tinha residência e emprego certos, e bons antecedentes, o juiz revogou a prisão. Ainda durante a instrução, testemunhas arroladas pela acusação passaram a receber ameaças do acusado. De acordo com a narrativa e em relação às medidas cautelares pessoais, analise as afirmativas a seguir: I. O juiz poderá redecretar a prisão do acusado, para garantia da aplicação da lei penal, pois a medida visa assegurar diretamente a eficácia do resultado do processo, com um possível provimento condenatório; presentes, todavia, os indícios suficientes do crime e de sua autoria. II. O juiz poderá redecretar a custódia cautelar de caráter instrumental, por conveniência da instrução criminal, estando presentes o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. III. Ainda que a redecretação da prisão preventiva não seja admitida na fase em que se encontra o processo, o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado pode justificar a aplicação de medidas cautelares pessoais. IV. Não é dado ao juiz redecretar a prisão preventiva, cabendo ao tribunal, em recurso exclusivo da acusação, postular a manutenção ou não da custódia cautelar. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) III e IV, apenas.

Por que B está correta. O juiz pode revogar a preventiva quando verificar a falta de motivo para que subsista e novamente decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem (art. 316 do CPP). As ameaças a testemunhas da acusação colocam em risco a produção da prova, o que corresponde ao fundamento da conveniência da instrução criminal (art. 312), custódia de caráter instrumental, desde que presentes o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. Só a afirmativa II está correta.

A A afirmativa I usa o fundamento errado: ameaçar testemunhas compromete a instrução; a garantia da aplicação da lei penal se liga ao risco de fuga, que o caso não narra.

C A afirmativa III parte de premissa falsa: a redecretação é expressamente admitida pelo art. 316 do CPP quando surgem razões novas.

D Inclui a afirmativa I, que troca a conveniência da instrução pela garantia da aplicação da lei penal.

E Reúne duas afirmativas falsas: a III nega a redecretação, e a IV transfere ao tribunal uma providência que cabe ao próprio juiz da causa.

Pulo do gato: Ameaça a testemunha = conveniência da instrução; risco de fuga = aplicação da lei penal; e o juiz pode redecretar a preventiva se surgirem fatos novos.

Questão 08 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2025 · MPE-RJ · MPE-RJ – 2025 - Promotor de Justiça Substituto - Concurso XXXVIII · Recursos Criminais

Paulo e Raul foram condenados, cada um, a uma pena de 9 anos de reclusão, em regime semiaberto, em razão da prática do crime de roubo triplamente agravado contra Roberto. Paulo interpôs recurso de apelação requerendo a diminuição de sua pena. Nela, alegava que sua primariedade e sua menoridade relativa não foram levadas em consideração na sentença. Raul igualmente recorreu. Contudo, postulou sua absolvição, alegando a nulidade do processo em razão de inépcia da denúncia. O Ministério Público, por sua vez, recorreu para modificar o regime de pena para fechado, mas não a pena. Já Roberto, que não se habilitou como assistente de acusação no curso do processo, interpôs recurso de apelação dez dias depois de decorrido o prazo do Ministério Público, com vistas a agravar a pena dos condenados. Diante desse cenário recursal, assinale a afirmativa correta.

(A) O recurso de Paulo não poderá ser aproveitado por Raul e o recurso deste não aproveitará a Paulo; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido, pois o Ministério Público recorreu.

(B) O recurso de Paulo poderá ser aproveitado por Raul e o recurso deste poderá aproveitar a Paulo; já o recurso de Roberto poderá ser conhecido.

(C) O recurso de Raul poderá ser aproveitado por Paulo e o recurso deste não aproveitará a Raul; já o recurso de Roberto poderá ser conhecido.

(D) O recurso de Raul não poderá ser aproveitado por Paulo e o recurso deste poderá aproveitar a Raul; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido, pois intempestivo.

(E) O recurso de Paulo poderá ser aproveitado por Raul; já o recurso de Roberto não poderá ser conhecido por ausência de interesse recursal.

Por que C está correta. No concurso de agentes, a decisão do recurso de um réu aproveita aos outros se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal (art. 580 do CPP). A tese de Raul (inépcia da denúncia) é objetiva e aproveita a Paulo; a de Paulo (primariedade e menoridade relativa) é pessoal e não aproveita a Raul. Quanto a Roberto, o ofendido não habilitado pode apelar supletivamente no que o Ministério Público não impugnou, no prazo de 15 dias contados do fim do prazo do MP (art. 598, parágrafo único; Súmula 448 do STF). O MP recorreu só do regime, e Roberto, em 10 dias, impugnou a pena: o recurso é tempestivo e pode ser conhecido.

A Nega a extensão do recurso de Raul, cujo fundamento é objetivo, e supõe que qualquer recurso do MP impede o do ofendido, quando a apelação supletiva alcança a parte não impugnada.

B Estende a Raul o recurso de Paulo, fundado em circunstâncias exclusivamente pessoais, o que contraria o art. 580 do CPP.

D Inverte o efeito extensivo e trata como intempestivo um recurso interposto dentro dos 15 dias do art. 598, parágrafo único, do CPP.

E Estende a Raul a tese pessoal de Paulo e nega interesse recursal ao ofendido, que pode recorrer para agravar a pena na via supletiva.

Pulo do gato: Efeito extensivo só para tese objetiva; ofendido não habilitado tem 15 dias depois do prazo do MP para apelar no que o MP deixou de lado.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Oficial Investigador · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Maria, residente e domiciliada no diminuto Município Alfa , vem sendo vítima de frequentes agressões perpetradas pelo seu companheiro Caio. Registre-se que, em razão dos eventos, Maria procurou, com urgência, o auxílio das autoridades públicas competentes. Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, pelo (a)

(A) autoridade judicial; pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca e não houver representante do Ministério Público disponível no momento da denúncia.

(B) autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

(C) Promotor de Justiça; pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

(D) Promotor de Justiça; ou pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.

(E) autoridade judicial; ou pelo Promotor de Justiça, quando o Município não for sede de comarca.

Por que B está correta. O art. 12-C da Lei nº 11.340/2006 prevê o afastamento imediato do agressor do lar pela autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. Nas duas últimas hipóteses, o juiz é comunicado em 24 horas e decide, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida. Em 2026, a Lei nº 15.411 ampliou as situações de risco que autorizam a medida (passando a incluir a integridade sexual, moral e patrimonial), mas manteve a mesma escala de legitimados.

A Inclui o Promotor de Justiça na escala, que a lei não prevê, e põe o delegado num degrau condicionado à ausência do MP.

C Troca a autoridade judicial pelo Promotor de Justiça no primeiro degrau da escala; o MP não determina o afastamento do agressor.

D Põe o Promotor de Justiça no lugar do juiz e suprime o último degrau, o do policial, quando não houver delegado disponível.

E Substitui o delegado pelo Promotor de Justiça e omite a atuação do policial, contrariando a escala do art. 12-C.

Pulo do gato: Art. 12-C: juiz; sem comarca, delegado; sem comarca e sem delegado disponível, policial. O MP não está na escala.

Questão 10 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Em patrulhamento, policiais abordaram três pessoas em situações distintas, e as ocorrências foram apresentadas ao delegado de polícia de plantão. Jonas trazia consigo 25 g de maconha em uma única porção e nada mais. Kléber trazia 30 g de maconha divididas em dezenas de pequenas porções, além de balança de precisão e de anotações de vendas no celular. Diego guardava em casa 60 g de maconha, mas apresentou elementos consistentes de que a droga se destinava ao seu consumo.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 506 da repercussão geral, analise as afirmativas a seguir.

I. Quanto a Jonas, presume-se o porte para uso próprio; a droga deve ser apreendida e ele, notificado a comparecer em juízo, sem que a conduta constitua infração penal.

II. Quanto a Kléber, como a quantidade é inferior a 40 g, a presunção de uso próprio impede a lavratura do auto de prisão em flagrante por tráfico.

III. Se o delegado afastar a presunção em relação a Kléber, deverá consignar no auto de prisão em flagrante justificativa minuciosa, vedada a invocação de critérios subjetivos arbitrários.

IV. Quanto a Diego, a quantidade superior a 40 g não impede que o juiz conclua pela atipicidade da conduta, se houver nos autos prova suficiente da condição de usuário.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que E está correta. No Tema 506, o STF fixou que o porte de cannabis para consumo pessoal não é infração penal, mas ilícito extrapenal: a droga é apreendida e o autor é notificado a comparecer em juízo (afirmativa I). Presume-se usuário quem porta até 40 g ou seis plantas-fêmeas, mas a presunção é relativa; se o delegado a afastar diante de indícios de mercancia, deve consignar no auto de prisão em flagrante justificativa minuciosa, vedados critérios subjetivos arbitrários (afirmativa III). E a apreensão de quantidade superior ao limite não impede o juiz de reconhecer a atipicidade, se houver prova suficiente da condição de usuário (afirmativa IV).

Fundamento: Lei nº 11.343/2006, art. 28, caput e § 2º; STF, RE 635.659 (Tema 506 da repercussão geral, julgado em 26/06/2024), itens 1, 3, 4, 5, 6 e 8 da tese.

A Reconhece apenas a afirmativa I e deixa de fora duas consequências expressas da tese: o dever de justificar o afastamento da presunção e a possibilidade de atipicidade acima de 40 g.

B Trata o limite de 40 g como teto absoluto e rejeita a afirmativa IV, embora a tese admita reconhecer o usuário mesmo acima desse limite.

C Aceita a afirmativa II, que transforma em absoluta uma presunção que o STF declarou relativa: porcionamento, balança e registros de venda autorizam o flagrante por tráfico.

D Inclui a afirmativa II, que inverte a natureza da presunção, e exclui a IV, que reproduz item expresso da tese.

Pulo do gato: Tema 506: até 40 g de maconha presume-se usuário, mas a presunção é relativa nos dois sentidos, e quem a afasta no flagrante tem de justificar no auto.

Questão 11 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em inquérito policial que apura a atuação de organização criminosa voltada a fraudes bancárias, o delegado de polícia adotou as providências a seguir.

I. Requisitou diretamente a uma empresa de telefonia, sem prévia autorização judicial, o nome completo, a filiação e o endereço de um dos investigados, constantes dos cadastros da empresa.

II. Diante da recusa injustificada do gerente de uma instituição financeira em fornecer dados cadastrais requisitados no curso da investigação, determinou a apuração do crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013 para essa conduta.

III. Designado o depoimento de um investigado, indeferiu o pedido de seu defensor de vista prévia dos autos, por entender que, classificados os autos como sigilosos, o acesso só seria possível após a conclusão do inquérito.

IV. Decretado o sigilo da investigação pela autoridade judicial, informou ao defensor de outro investigado que o acesso aos elementos de prova já documentados não abrange os referentes às diligências ainda em andamento.

Considerando a Lei nº 12.850/2013 e a jurisprudência do STF, são compatíveis com a lei as providências descritas em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. O delegado e o MP têm acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais que informem exclusivamente qualificação pessoal, filiação e endereço mantidos por empresas telefônicas e instituições financeiras, entre outras (art. 15): a providência I é válida. Recusar ou omitir dados cadastrais requisitados pelo delegado no curso da investigação é crime do art. 21 da própria lei (providência II). E, decretado judicialmente o sigilo, o defensor tem amplo acesso aos elementos de prova já documentados, ressalvados os referentes às diligências em andamento (art. 23, caput; Súmula Vinculante 14): a providência IV está correta.

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, art. 15, art. 21 e art. 23, caput e parágrafo único; Súmula Vinculante 14 do STF.

A Deixa de fora a providência IV, que reproduz a ressalva das diligências em andamento do art. 23, caput, e da Súmula Vinculante 14.

B Aceita a providência III, mas, determinado o depoimento do investigado, o defensor tem assegurada vista prévia dos autos, ainda que sigilosos, no prazo mínimo de 3 dias antes do ato (art. 23, parágrafo único).

C Exclui a providência I, como se dados cadastrais básicos exigissem ordem judicial; o art. 15 dispensa a autorização para qualificação, filiação e endereço.

E Estende o sigilo a ponto de negar vista ao defensor antes do depoimento, o que o art. 23, parágrafo único, expressamente impede.

Pulo do gato: Dados cadastrais básicos: requisição direta; recusa: crime do art. 21; depoimento do investigado: vista prévia de no mínimo 3 dias, mesmo sob sigilo.

Questão 12 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Éverton cumpre pena em regime semiaberto e foi preso em flagrante pela prática de roubo durante o período em que exercia trabalho externo. O diretor do estabelecimento não instaurou procedimento administrativo disciplinar e comunicou o fato diretamente ao juízo da execução, que designou audiência de justificação, na qual Éverton foi ouvido na presença de seu defensor e do Ministério Público. A ação penal pelo roubo ainda não foi julgada.

Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da falta grave decorrente do roubo não depende do trânsito em julgado de eventual condenação pelo novo crime.

II. A oitiva de Éverton em audiência de justificação, realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade do prévio procedimento administrativo disciplinar.

III. Reconhecida a falta grave, interrompe-se a contagem do prazo para a obtenção de indulto e de comutação de pena.

IV. A regressão de regime em razão da falta grave dispensa a prévia oitiva do condenado, bastando decisão fundamentada do juiz da execução.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que A está correta. Pela Súmula 526 do STJ, o reconhecimento de falta grave decorrente de fato definido como crime doloso dispensa o trânsito em julgado da condenação pelo novo crime (afirmativa I). E, pelo Tema 941 do STF, a oitiva do condenado pelo juízo da execução, em audiência de justificação com defensor e Ministério Público, afasta a necessidade de prévio PAD e supre eventual deficiência de defesa técnica nele (afirmativa II), o que excepciona a regra da Súmula 533 do STJ.

Fundamento: Lei nº 7.210/1984, art. 118, I e § 2º; Súmula 526 do STJ; Súmula 535 do STJ; STF, Tema 941 da repercussão geral (RE 972.598).

B Aceita a afirmativa III, mas a Súmula 535 do STJ diz o contrário: a falta grave não interrompe o prazo para indulto e comutação, efeito que a confunde com o da progressão (Súmula 534).

C Inclui a afirmativa IV, que inverte o art. 118, § 2º, da LEP: na regressão por fato definido como crime doloso ou falta grave, o condenado deve ser ouvido previamente.

D Estende a interrupção do prazo, própria da progressão, ao indulto e à comutação, o que a Súmula 535 do STJ afasta.

E Rejeita a afirmativa II, aplicando a Súmula 533 do STJ sem a exceção fixada pelo STF no Tema 941, e ainda aceita as afirmativas III e IV, ambas falsas.

Pulo do gato: Falta grave por crime doloso: sem esperar o trânsito em julgado; audiência de justificação supre o PAD; interrompe a progressão, mas não indulto nem comutação.

Direito Constitucional

Questão 13 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Controle de Constitucionalidade

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou lei que disciplina a remuneração de servidores do Poder Executivo estadual, sancionada pelo Governador. Um partido político com representação na Assembleia ajuizou, no Tribunal de Justiça, representação de inconstitucionalidade contra a lei, apontando violação a dispositivo da Constituição estadual que reproduz norma da Constituição Federal de observância obrigatória pelos estados.

Duas semanas depois, o Procurador-Geral da República ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra a mesma lei, apontando ofensa à norma correspondente da Constituição Federal.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF sobre o controle concentrado de constitucionalidade nos estados, é correto afirmar que

(A) o partido político não tem legitimidade, pois a representação estadual cabe exclusivamente ao Procurador-Geral de Justiça, por simetria com o modelo federal.

(B) a ação direta no STF deve ficar suspensa até o julgamento da representação estadual, por ter sido esta ajuizada primeiro, com prevenção do Tribunal de Justiça.

(C) o Tribunal de Justiça é incompetente para a representação, pois o parâmetro invocado reproduz norma da Constituição Federal, e o processo deve ser extinto.

(D) as duas ações tramitam de forma independente, e cada decisão produzirá efeitos apenas no âmbito do respectivo tribunal, sem interferência recíproca.

(E) a representação estadual deve ter o curso suspenso até o julgamento da ação direta pelo STF, cuja decisão sobre a lei vinculará o Tribunal de Justiça.

Por que E está correta. Quando a mesma lei estadual é impugnada ao mesmo tempo no Tribunal de Justiça, em face de norma da Constituição estadual que reproduz norma federal, e no STF, em face da Constituição Federal, o STF entende que a ação estadual deve ser suspensa até o julgamento da ação direta federal. A decisão do STF prevalece: se declarar a inconstitucionalidade, a ação estadual perde o objeto; se declarar a constitucionalidade, o Tribunal de Justiça fica vinculado a esse juízo.

Fundamento: Constituição Federal, art. 125, § 2º; jurisprudência consolidada do STF sobre a simultaneidade de ações diretas (suspensão da ação estadual até o julgamento da ação no STF quando o parâmetro estadual reproduz norma da Constituição Federal).

A O art. 125, § 2º, da Constituição Federal veda justamente a atribuição da legitimidade para a representação estadual a um único órgão.

B Inverte a relação entre as ações: é a ação estadual que se suspende, porque o STF é o intérprete final da norma federal reproduzida, e não há prevenção do Tribunal de Justiça sobre o STF.

C O Tribunal de Justiça é competente para a representação mesmo quando a norma estadual reproduz a federal; a simultaneidade gera suspensão, e não extinção.

D Ignora o risco de decisões contraditórias sobre a mesma norma: a ação estadual não segue em paralelo, fica suspensa à espera do STF.

Pulo do gato: Mesma lei estadual no TJ e no STF com parâmetro de reprodução obrigatória: o TJ para e espera o STF.

Questão 14 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Poder Legislativo

Na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, tramitam quatro propostas de emenda à Constituição estadual sobre o controle externo.

A primeira atribui à Assembleia a escolha de cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, cabendo ao Governador a escolha dos outros dois, livremente. A segunda autoriza o Município Beta, o mais populoso do estado, a criar, por lei municipal, o seu próprio Tribunal de Contas. A terceira cria, como órgão estadual, um Tribunal de Contas dos Municípios, encarregado de auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo. A quarta prevê que o parecer prévio sobre as contas anuais do prefeito só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A primeira proposta é válida, pois a Constituição Federal deixa à Constituição estadual a forma de escolha dos conselheiros, exigindo apenas que sejam sete.

(B) A segunda proposta é válida, pois a Constituição Federal admite tribunal de contas próprio em municípios de grande porte, como já ocorre em algumas capitais.

(C) A quarta proposta é válida, pois o quórum para afastar o parecer prévio sobre as contas do prefeito pode ser fixado livremente pela Constituição estadual.

(D) A terceira proposta é válida, pois a Constituição Federal veda que os municípios criem tribunais de contas, mas não impede o estado de instituir órgão estadual para esse fim.

(E) A terceira proposta é inválida, pois o controle externo dos municípios cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado, que não pode ser substituído por outro órgão.

Por que D está correta. O art. 31, § 4º, da Constituição Federal veda a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais pelos municípios, mas o § 1º prevê o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. O estado pode, assim, instituir órgão estadual de controle das contas municipais, como fazem alguns estados brasileiros.

Fundamento: Constituição Federal, art. 31, §§ 1º, 2º e 4º; arts. 73 e 75; Súmula 653 do STF.

A A composição segue o modelo federal por simetria (art. 75): pela Súmula 653 do STF, quatro conselheiros são escolhidos pela Assembleia e três pelo Governador, um dentre auditores, um dentre membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um de livre escolha.

B Os tribunais de contas municipais que já existiam foram mantidos, mas o art. 31, § 4º, proíbe a criação de novos, qualquer que seja o porte do município.

C O quórum é fixado pela própria Constituição Federal (art. 31, § 2º): o parecer prévio só deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

E Contraria o art. 31, § 1º, que admite que o auxílio às Câmaras seja prestado por Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, órgãos estaduais, onde houver.

Pulo do gato: Município não cria tribunal de contas; estado pode criar tribunal de contas dos municípios. TCE: 4 da Assembleia e 3 do Governador; parecer do prefeito cai só por 2/3.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2024 · Câmara Municipal de São Paulo - SP · Procurador Legislativo · Licitações e Lei nº 14.133 de 2021

A Câmara Municipal de São Paulo almeja realizar uma licitação para a contratação de determinado serviço qualificado como especial, ou seja, dotado de alta complexidade, no âmbito da tecnologia da informação, o qual não é rotineiramente contratado pela Administração. Em razão disso, os agentes competentes estão analisando as peculiaridades atinentes ao respectivo procedimento licitatório. Acerca dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

(A) a modalidade de licitação a ser utilizada deve ser o pregão.

(B) não é possível a utilização do critério de técnica e preço para o julgamento das propostas.

(C) o procedimento licitatório não pode ter por objetivo o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

(D) não é exigida a justificação prévia do contratante para a caracterização do serviço especial em questão.

(E) poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Por que E está correta. Pelo art. 8º, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, pode ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação. O caso descreve exatamente essa hipótese.

A O pregão é a modalidade para bens e serviços comuns (art. 6º, XLI); o serviço especial, por sua alta complexidade, não se enquadra nessa definição.

B A lei prevê o critério de técnica e preço justamente para, entre outros, bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação (art. 36, § 1º).

C O incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório (art. 11, IV).

D A definição legal de bens e serviços especiais exige justificativa prévia do contratante (art. 6º, XIV).

Pulo do gato: Objeto especial e incomum para a Administração: a lei permite contratar assessoria técnica temporária para conduzir a licitação.

Questão 16 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Organização da Administração Pública

Uma sociedade de economia mista estadual, que explora atividade econômica em regime de concorrência, estuda três medidas de reestruturação: dispensar parte dos empregados admitidos por concurso público, alienar o controle acionário de uma de suas subsidiárias e criar uma nova subsidiária, com base em autorização genérica prevista na lei que autorizou a sua própria criação.

Ao mesmo tempo, a procuradoria do estado analisa a situação de outra sociedade de economia mista estadual, que presta serviço público essencial em regime não concorrencial e sofreu penhora de bens em execução movida por fornecedor.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

(A) A dispensa dos empregados concursados exige motivação em ato formal, com fundamento razoável, sem necessidade de processo administrativo ou de justa causa.

(B) A alienação do controle da subsidiária exige autorização legislativa específica e licitação, nos mesmos moldes da alienação do controle da empresa-matriz.

(C) A criação da nova subsidiária depende de lei específica para o caso, não bastando a autorização genérica prevista na lei que autorizou a criação da matriz.

(D) Por atuar em regime de concorrência, a empresa pode dispensar os empregados concursados sem motivação, como faria qualquer empregador privado regido pela CLT.

(E) A sociedade prestadora de serviço público em regime não concorrencial submete-se à execução comum, e seus bens podem ser penhorados como os de qualquer empresa.

Por que A está correta. No Tema 1.022 da repercussão geral, o STF fixou que empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever de motivar, em ato formal, a dispensa de empregados concursados, sem exigência de processo administrativo; a motivação deve ter fundamento razoável e não precisa se enquadrar nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista. O STF modulou os efeitos para as dispensas posteriores à publicação da ata do julgamento.

Fundamento: Constituição Federal, arts. 37, XIX e XX, 100 e 173, § 1º, II; STF, Tema 1.022 da repercussão geral (RE 688.267); STF, ADI 5.624-MC-Ref; STF, ADI 1.649; jurisprudência do STF sobre a submissão ao regime de precatórios das estatais prestadoras de serviço público em regime não concorrencial.

B Na ADI 5.624, o STF exigiu autorização legislativa e licitação para alienar o controle da empresa-matriz, mas dispensou ambas para subsidiárias e controladas, desde que observado procedimento competitivo e os princípios do art. 37.

C Na ADI 1.649, o STF considerou suficiente a autorização genérica para criar subsidiárias prevista na lei que autorizou a criação da matriz (art. 37, XX).

D Contraria o Tema 1.022: o regime de concorrência não afasta o dever de motivar a dispensa de empregado concursado.

E O STF entende que a estatal prestadora de serviço público próprio do Estado, em regime não concorrencial, segue o regime de precatórios (art. 100), com impenhorabilidade dos seus bens.

Pulo do gato: Estatal dispensa concursado com motivação formal (sem PAD nem justa causa); subsidiária se cria com autorização genérica e se vende sem lei nem licitação, mas com competição.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná

Rogério, agente de polícia judiciária estável da Polícia Civil do Paraná, passou a responder a processo administrativo disciplinar por transgressão punida abstratamente com pena máxima de suspensão de vinte dias, que causou dano a uma viatura. Ele não está cumprindo pena disciplinar e, três anos antes, havia celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta, integralmente cumprido. Sete dias úteis depois de notificado da condição de acusado, Rogério requereu ao presidente do processo a celebração de novo termo, comprometendo-se a ressarcir o dano.

Considerando a Lei estadual nº 21.894/2024 (Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná), analise as afirmativas a seguir.

I. O pedido é tempestivo e deve ser encaminhado imediatamente ao Corregedor Geral; se este o indeferir motivadamente, caberá recurso ao Conselho Superior de Polícia, em dez dias úteis contados da notificação do servidor.

II. O termo anterior impede a nova celebração, pois o registro nos assentamentos funcionais obsta o mesmo benefício pelo prazo de cinco anos, contados da publicação do instrumento.

III. Celebrado o termo, ficam suspensos a prescrição e o curso do processo disciplinar até que o Corregedor Geral receba a comunicação de cumprimento ou de descumprimento das condições.

IV. A celebração do termo não implica confissão dos fatos, mas, uma vez cumprido, ele passa a constar da certidão de antecedentes disciplinares de Rogério, para fins de reincidência.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que B está correta. A transgressão punida abstratamente com suspensão de até trinta dias é de menor potencial ofensivo e admite o termo (art. 65, § 1º). O acusado pode requerer o termo ao presidente em até dez dias úteis após a notificação, e o pedido é encaminhado imediatamente ao Corregedor Geral; do indeferimento motivado cabe recurso ao Conselho Superior de Polícia em dez dias úteis (art. 68, §§ 1º e 2º): a afirmativa I está

correta. E a celebração suspende a prescrição e o curso do processo até o Corregedor Geral receber a comunicação de cumprimento ou de descumprimento (art. 72, § 3º): a afirmativa III também está correta.

Fundamento: Lei estadual nº 21.894/2024 (PR), arts. 65, § 1º; 66, I a IV; 67, parágrafo único; 68, §§ 1º e 2º; 72, §§ 3º, 4º e 5º. Texto conferido no portal oficial da Polícia Civil do Paraná: https://www.policiacivil.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/Codigo_disciplinar_PCPR_2024.pdf

A Deixa de fora a afirmativa III, que reproduz o efeito suspensivo da celebração sobre a prescrição e o processo previsto no art. 72, § 3º.

C Reúne as duas afirmativas falsas: o impedimento é de dois anos, e o termo não consta da certidão de antecedentes disciplinares.

D Aceita a afirmativa II, que troca o prazo: o termo anterior impede novo benefício por dois anos (arts. 66, II, e 67, parágrafo único); os cinco anos do art. 72, § 4º, valem só para quem descumpriu o termo.

E Aceita a afirmativa IV, mas o art. 67, parágrafo único, diz que o termo não constará da certidão de antecedentes e é registrado apenas para impedir o mesmo benefício por dois anos.

Pulo do gato: TAC na PCPR: cabe até suspensão de 30 dias; novo termo só após 2 anos (5 se o anterior foi descumprido); suspende a prescrição e não gera antecedente.

Questão 18 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Paula, delegada de polícia estável da Polícia Civil do Paraná, foi promovida ao nível que hoje ocupa há um ano e dois meses. Há cinco anos consecutivos, está lotada em unidade policial que o Conselho Superior da Polícia Civil classificou como de difícil provimento e, durante todo esse período, residiu em município integrante da comarca da unidade.

Em processo disciplinar, Paula recebeu pena de repreensão, registrada em seus assentamentos funcionais quatro meses antes da data de abertura do processo de promoção. Ela tem conceito global satisfatório na avaliação de desempenho, atende às exigências da modalidade de promoção pretendida e nunca foi promovida com redução de interstício.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, com as alterações posteriores, é correto afirmar que Paula

(A) pode concorrer com o interstício reduzido, benefício que se repetirá em todas as promoções futuras enquanto permanecer na unidade.

(B) não pode concorrer à promoção, pois registra punição administrativa nos dois anos anteriores à data de abertura do processo de promoção.

(C) não pode concorrer à promoção, pois o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício no nível não admite nenhuma redução.

(D) pode concorrer e, cumprido o interstício reduzido, tem direito subjetivo à promoção, com efeitos desde a abertura do processo.

(E) pode concorrer à promoção, pois tem o interstício reduzido pela metade, e a repreensão, registrada há mais de noventa dias, não a impede.

Por que E está correta. Lotada em unidade de difícil provimento e residindo na comarca há mais de três anos consecutivos, Paula tem o interstício reduzido pela metade (art. 47A, caput, I e II): um ano, já cumprido, e contado depois de preenchidos os requisitos (§ 1º), o que ocorreu antes de ela chegar ao nível atual. A repreensão só impede a promoção se registrada nos noventa dias anteriores à abertura do processo (art. 60, V, na redação da LC nº 289/2025); a de Paula foi registrada quatro meses antes.

Fundamento: Lei Complementar estadual nº 259/2023 (PR), art. 47, II e parágrafo único; art. 47A, caput, I, II e §§ 1º e 3º (incluídos pela LC nº 289/2025); art. 56; art. 60, V (redação da LC nº 289/2025) e VI. Texto conferido em https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=300584&indice=1&totalRegistros=1

A O art. 47A, § 3º, limita a promoção com redução de interstício a, no máximo, três níveis na carreira.

B Aplica à repreensão o prazo de dois anos do art. 60, VI, que vale só para a pena de suspensão.

C Ignora o art. 47A, incluído pela LC nº 289/2025, que reduz o interstício pela metade para quem está em unidade de difícil provimento.

D O prazo habilita a concorrer, mas não gera direito subjetivo (art. 47, parágrafo único), e os efeitos da promoção correm da publicação do ato do Governador (art. 56).

Pulo do gato: Difícil provimento: 3 anos de lotação e de residência na comarca reduzem o interstício pela metade, por até 3 níveis; a repreensão bloqueia a promoção por 90 dias, a suspensão por 2 anos.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos: Instrumentos Normativos

Lívia, pessoa com deficiência visual, foi aprovada em processo seletivo de uma empresa privada. Antes da contratação, a empresa recusou-se a instalar no sistema interno de trabalho um programa leitor de tela de baixo custo, alegando que não havia obrigação legal específica e que Lívia deveria se adaptar às ferramentas existentes. Lívia procurou a Defensoria Pública, que examinou o caso à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, ambos incorporados ao ordenamento brasileiro.

Sobre esse tratado e sua aplicação ao caso, é correto afirmar que

(A) a recusa de adaptação razoável que não imponha ônus desproporcional é discriminação por deficiência, e a Convenção tem, no Brasil, hierarquia de emenda constitucional.

(B) a recusa de adaptação razoável é discriminação por deficiência, mas a Convenção tem status apenas supralegal, como os demais tratados de direitos humanos ratificados.

(C) esgotados os recursos internos, Lívia pode levar o caso diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão de monitoramento da Convenção.

(D) a Convenção adota o modelo médico, que define a deficiência pela limitação física, mental ou sensorial em si, independentemente das barreiras do ambiente.

(E) a adaptação razoável é exigível em qualquer circunstância, inclusive quando impuser ônus desproporcional ou indevido a quem deva realizá-la.

Por que A está correta. O art. 2º da Convenção inclui na discriminação por motivo de deficiência a recusa de adaptação razoável, entendida como as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido. Um leitor de tela de baixo custo é exemplo típico. E a Convenção, com seu Protocolo Facultativo, foi aprovada pelo Congresso na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, tendo hierarquia equivalente à de emenda constitucional.

Fundamento: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, arts. 1º e 2º, e Protocolo Facultativo, arts. 1º e 2º (Decreto Legislativo nº 186/2008, aprovado na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal; Decreto nº 6.949/2009).

B Acerta a discriminação, mas erra a hierarquia: o status supralegal vale para tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º, e a Convenção foi aprovada por esse rito.

C A Convenção é tratado do sistema global (ONU): as comunicações individuais, após o esgotamento dos recursos internos, vão ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e indivíduos não acessam diretamente a Corte Interamericana.

D A Convenção adota o modelo social: a deficiência resulta da interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras que obstruem a participação plena em igualdade de condições.

E O próprio conceito de adaptação razoável exclui as medidas que acarretem ônus desproporcional ou indevido.

Pulo do gato: Convenção de Nova York: primeiro tratado com status de emenda constitucional no Brasil; modelo social; recusar adaptação razoável é discriminar; queixa individual vai ao Comitê da ONU.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Genética forense

Em um local de homicídio, a equipe pericial encontrou uma camiseta com manchas de sangue ainda úmidas e uma bituca de cigarro descartada perto do corpo. A autoridade policial pretende que os dois vestígios sejam encaminhados para exame de DNA, com a maior chance possível de obtenção de perfis genéticos úteis.

Sobre a coleta e a preservação desses vestígios, assinale a afirmativa correta.

(A) A secagem da camiseta deve ser acelerada com fonte de calor, como um secador, pois quanto mais rápida a secagem, mais preservado fica o DNA.

(B) A camiseta deve ser acondicionada ainda úmida em saco plástico bem vedado, para impedir a perda do material biológico até a chegada ao laboratório.

(C) A camiseta deve secar à temperatura ambiente, sem calor direto, e ser acondicionada em embalagem de papel, pois a umidade retida favorece a degradação do DNA.

(D) O DNA do sangue é extraído das hemácias, as células mais numerosas da amostra, o que torna dispensáveis cuidados especiais de conservação.

(E) A bituca não serve ao exame de DNA, pois a saliva não contém células nucleadas, e deve ser reservada ao exame de impressões papilares.

Por que C está correta. Vestígios biológicos úmidos devem secar ao ar, em temperatura ambiente e sem exposição a calor ou sol, e ser acondicionados em papel, que permite a troca de umidade. A umidade retida, como em embalagens plásticas, favorece a proliferação de fungos e bactérias e a degradação do DNA.

Fundamento: Genética forense e criminalística (doutrina de medicina legal): preservação de vestígios biológicos para exame de DNA; células nucleadas do sangue e da saliva.

A Calor direto e exposição ao sol também degradam o DNA; a secagem deve ser natural, à temperatura ambiente.

B O plástico vedado retém a umidade e acelera a degradação microbiana do material: é a conduta que a boa prática pericial manda evitar.

D As hemácias maduras são anucleadas; o DNA nuclear do sangue vem dos leucócitos, e a amostra exige cuidados de conservação como qualquer vestígio biológico.

E A saliva contém células epiteliais da mucosa oral, nucleadas, e a bituca de cigarro é vestígio clássico para obtenção de perfil genético.

Pulo do gato: Vestígio biológico úmido: seca ao ar e vai no papel; plástico e calor são inimigos do DNA.